

Lukács e a crítica do irracionalismo: Elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea

Maria Lúcia S. Barroco

Como citar: BARROCO, Maria Lúcia S.. **Lukács e a crítica do irracionalismo:** elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea. *In:* REI, Marcus Del (org.). **György Lukács e a emancipação humana.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.256-266. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7559-344-8.p256-266>



LUKÁCS E A CRÍTICA DO IRRACIONALISMO: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea

Maria Lúcia S. Barroco

A atitude favorável ou contrária à razão decide, ao mesmo tempo, a essência de uma filosofia e a missão que ela é chamada a cumprir no desenvolvimento histórico.

György Lukács, *El asalto a la razón**

Norteando o inquebrantável compromisso de Lukács com a realização do socialismo e sua peculiar incorporação de Marx, encontra-se uma teleologia emancipatória, objetivada ao longo de seu amadurecimento intelectual e de sua práxis sociopolítica.

Herdeiro da tradição filosófica clássica, Lukács manteve um diálogo constante com grandes pensadores como Aristóteles, Hegel e Goethe, o que marcou sua concepção rigorosamente universalista da história e do marxismo, maturando seu encontro com as questões estéticas e ontológicas, quando suas ideias emancipatórias tomaram contorno nas atividades que permitem ao indivíduo ascender à consciência humano-gênérica: a ciência, a arte e a ética, uma genericidade ontologicamente mediada por lutas sociais concretas¹.

Na esteira de Marx, a trajetória investigativa de Lukács foi processada no interior de uma crítica radical da sociabilidade burguesa: crítica concebida como função social de todo intelectual marxista, aquele que leva a sério sua responsabilidade em face de seu compromisso de classe e de seu lugar no desenvolvimento da humanidade².

* Barcelona, Grijalbo, 1968. Aqui em tradução livre.

¹ Guido Oldrini, "Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács", em Maria Orlanda Pinassi e Sergio Lessa (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo* (São Paulo, Boitempo, 2002), p. 74.

² G. Lukács, "Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo", em *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (orgs. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007), p. 41.

No interior desse empreendimento crítico, destacou-se o desvelamento das *formas de pensar* que exercem a função ideológica de aliviar as tensões sociais, na perspectiva de reprodução da dominação capitalista, contribuindo para o ocultamento das contradições sociais. Parte desse empenho foi dedicada às vertentes irracionaisistas, em sua relação com a ideologia fascista e, em especial, com a nazifascista.

Neste texto, pretendemos apontar algumas das principais características do pensamento irracionalista e das ideias que foram incorporadas pelo nazifascismo. Nosso objetivo é assinalar que a crítica lukacsiana persegue as formas de pensar que se opõem – de formas diferenciadas – a uma compreensão ontológica da realidade social. Nesse sentido, ela ultrapassa essas correntes irracionaisistas, desmontando os pressupostos das tendências neopositivistas, donde nossa ideia de que a crítica de todas as expressões da “destruição da razão” e da “miséria da razão”³ é pressuposto teórico-metodológico e princípio ideológico de sua perspectiva ontológica.

Lukács apreende os fenômenos em sua concretude, como próprios de um momento histórico particular e como parte constitutiva de tendências históricas universais⁴. Isso supõe tratar as formas de pensar como *categorias socialmente determinadas* e apreender seu processo de constituição histórica a partir de sua gênese e de seu desenvolvimento, buscando revelar suas conexões e mediações mais íntimas, tecidas em suas relações particulares com a totalidade histórica⁵.

Em “Marx e o problema da decadência ideológica”⁶, a crítica se apoia em dois grandes eixos teórico-metodológicos: a análise do fenômeno político-ideológico da *decadência ideológica* da burguesia e a análise da *contraditoriedade* inerente à sociedade burguesa, cuja dinâmica permitiu ao mesmo tempo a autoconsciência do ser social como *sujeito da história*, possibilitando a criação de uma cultura progressista e de um patrimônio político-revolucionário, dos quais Marx é herdeiro, e o seu *ocultamento*, reproduzindo formas de pensar fragmentadas e a-históricas.

³ Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, série Rumos da Cultura Moderna, v. 48).

⁴ Os textos aqui abordados são posteriores aos anos 1930, o que nos leva a considerar que já são orientados por uma análise de caráter ontológico: “Marx e o problema da decadência ideológica” foi escrito em 1938; “Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo” é produto de uma conferência proferida em 1946, nos Encontros Internacionais de Genebra; *A destruição da razão* foi finalizado em 1952 e publicado em 1954. Segundo Netto, a “direção ontológica está presente no pensamento lukacsiano desde que ele pôde examinar, em Moscou, na entrada dos anos 1930, textos até então inéditos de Marx, como os *Manuscritos econômico-filosóficos de Paris (1844)*” (José Paulo Netto, “Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade”, em Maria Orlanda Pinassi e Sergio Lessa (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, cit.).

⁵ Por isso, a compreensão do irracionalismo não é buscada na imanência do pensamento filosófico, mas em suas determinações sociais, como afirma Lukács: “A história da filosofia, assim como a da arte e da literatura, não é – como acreditam os historiadores burgueses – simplesmente a história das ideias filosóficas ou das personalidades que as sustentam. É o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento social, o desenvolvimento da luta de classes que coloca problemas à filosofia e que assinala os caminhos para a sua solução”. Ver G. Lukács, *El asalto a la razón* (Barcelona, Grijalbo, 1967), p. 3.

⁶ G. Lukács, “Marx e o problema da decadência ideológica”, em José Paulo Netto (org.), *George Lukács: sociologia* (São Paulo, Ática, 1981, col. Grandes Cientistas Sociais, v. 20), p. 112.

As insurreições proletárias de 1848 e sua repressão pela burguesia, que se aliara à nobreza, assinalaram o marco histórico da ruptura burguesa com seu protagonismo revolucionário: a partir daí, o caráter de classe de seu projeto de dominação passou a direcionar os rumos político-ideológicos do pensamento burguês, que rompeu com sua herança progressista e passou a combater o marxismo, o movimento operário e a perspectiva de revolução⁷, orientando-se por ideologias românticas e ideias conservadoras, buscando justificar a ordem capitalista⁸.

Crítico agudo da “reviravolta político-ideológica” do pensamento burguês na direção da decadência e da apologia do capitalismo, Marx já assinalara que diferentes teóricos que se notabilizaram por análises críticas e históricas, antes de 1848, passaram a negar as contradições sociais, a luta de classes, reelaborando a história de acordo com os interesses burgueses nesse contexto. Diz Lukács:

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente colocadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem o temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivo e místico, é a tendência geral da decadência ideológica.⁹

As determinações fundantes desse fenômeno são dadas pela divisão social do trabalho capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente ampliação do domínio exercido pelas relações mercantis, a subordinação dos indivíduos à divisão social do trabalho repercute em todas as dimensões da vida social, insinuando-se na subjetividade dos indivíduos sociais e em suas manifestações ideológicas, submetendo-os a sua lógica fragmentária.

Acentuam-se a divisão e a oposição entre o trabalho material e o intelectual, criando campos de atividade intelectual separados, que incorporam interesses materiais e espirituais particulares e instituem uma “subespécie de especialistas”. Entranhada profundamente na “alma de cada um”, essa fragmentação fundada na raiz das relações de trabalho, portanto na esfera central da vida social, causa deformações que se revelam, sob diferentes formas, em manifestações ideológicas¹⁰.

A crescente segmentação do conhecimento concorre para o isolamento das atividades teóricas, limitando a razão dialética, a objetividade teórica, separando idealmente teoria e práxis, realizando uma cisão entre o intelecto e as objetivações sociais¹¹. Encerrados em suas atividades profissionais isoladas e esvaziadas de conteúdo social, os indivíduos se defrontam com sua atividade como com um poder estranho: “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe, ameaçadora e incompreensível, ao indivíduo”¹².

⁷ “Impulsionado por suas convicções revolucionárias, o proletariado se apropriou das conquistas progressistas, superando as suas contradições e limites, e através do marxismo e dos movimentos de cunho socialista, elevou a racionalidade dialética ao patamar de uma práxis fundada em bases históricas e materialistas” (Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*, cit., p. 9).

⁸ José Paulo Netto, *O que é marxismo* (São Paulo, Brasiliense, 2006, col. Primeiros Passos, v. 148), p. 14.

⁹ G. Lukács, “Marx e o problema da decadência ideológica”, cit., p. 112.

¹⁰ *Ibidem*, p. 121.

¹¹ *Ibidem*, p. 123.

¹² *Ibidem*, p. 125.

Daí a presença da alienação: o *estranhamento* em face da realidade que expressa formas *fetichizadas* de apreensão das contradições da vida capitalista, reproduzindo o “falso contraste entre objetividade morta e subjetividade vazia”¹³. Com o fetichismo geral, as relações sociais tendem a ser tomadas em sua aparência *coisificada*, restringindo a possibilidade de compreensão dos processos sociais, de suas mediações e determinações fundantes, bloqueando a capacidade de apreensão das contradições sociais, que são tratadas como antinomias insolúveis.

No interior desse conjunto de determinações sócio-históricas, Lukács situa as raízes do *irracionalismo* moderno. O racionalismo, diz ele, é a “direta capitulação, covarde e vergonhosa, diante das necessidades objetivas da sociedade capitalista”, e o irracionalismo é “um protesto contra elas, mas igualmente impotente e vergonhoso, igualmente vazio e pobre de pensamento”¹⁴.

No ensaio “Marx e a decadência ideológica”, Lukács não aprofunda a discussão sobre o irracionalismo, apenas situa suas características: o apelo aos “piores” instintos humanos e às reservas de “animalidade” e de “bestialidade” que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista; a barbarização da vida sentimental do homem; o esvaziamento do intelecto de todo conteúdo social. Lukács considera relevante a contribuição do irracionalismo, no interior da filosofia e da literatura da decadência, para a formação do fascismo e para um caldo cultural favorável à sua difusão.

O texto “Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo”, de 1946, expressa o envolvimento político de Lukács na luta pela erradicação das bases ideológicas do fascismo, antecipando a tese que será desenvolvida em *A destruição da razão*: o fascismo tem vínculos com teorias irracionalistas e aristocráticas.

O fascismo, como concepção de mundo é, antes de tudo, o apogeu qualitativo de teorias irracionalistas no domínio da epistemologia e aristocráticas no plano social e moral – teorias que, na ciência oficial e não oficial, bem como na divulgação científica e pseudocientífica e no jornalismo, desempenham um papel importante há décadas.¹⁵

Lukács retoma a inflexão histórica de 1848 para analisar seu significado ideocultural: o desencadeamento de crises em quatro grandes complexos, a saber, a democracia, a ideia de progresso, a confiança na razão, o humanismo. Pautado em sua compreensão acerca da contraditoriedade ontológica da sociedade burguesa, Lukács localiza a origem da crise social e intelectual da democracia na contradição entre a liberdade e a igualdade política capitalista e a sua objetivação concreta¹⁶.

¹³ Ibidem, p. 126.

¹⁴ Ibidem, p. 127.

¹⁵ Idem, “Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, em *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (orgs. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007), p. 25.

¹⁶ “Na medida em que a sociedade burguesa não pode realizar objetivamente a liberdade e a igualdade, foi preciso que as ideologias se demarcassem, a partir de 1848, em três direções: do liberalismo (idealizando intelectualmente os resultados político-sociais da Revolução Francesa e fixando-os formalmente); do socialismo, dos democratas radicais e jacobinos (buscando alcançar a liberdade e a igualdade real ou, pelo menos, delas se aproximar); das correntes reacionárias de vários tipos até o fascismo (convertendo a desigualdade e a ausência de liberdade concreta em ‘fato natural’, em ‘lei da natureza’, em dados metafísicos).” Ibidem, p. 28.

A democracia formal do liberalismo, privatizando o homem, acentuando a separação entre o cidadão e o burguês, entre as massas e as “elites”, propiciando a concentração do poder, a corrupção, a manipulação política, o esvaziamento da vida pública e a mutilação da personalidade humana, contribui para uma representação filosófica individualista, que, a exemplo de Heidegger, afirma a angústia do indivíduo privado e fetichizado em face de uma existência nadificada.

Dentre as ideologias antidemocráticas, destaca-se o anticapitalismo romântico pós-1848, que busca “francamente na desigualdade social e na ausência de liberdade entre os homens o fundamento de uma sociedade ‘sadia’”¹⁷. Segundo Lukács, apesar de ter pontos de contato com a ideologia restauradora da Revolução Francesa, essa ideologia não pretende restaurar a ordem feudal; trata-se de uma nova proposta, nos marcos da crise da democracia moderna, tendo Nietzsche como fenômeno de transição¹⁸.

É no interior da justificação das desigualdades que emergem as teorias antidemocráticas, buscando o apoio das ciências biológicas para fundamentar ideias racistas, apesar de, nesses casos, a utilização da ciência ser apenas um “mito”; como diz Lukács: “Já em Nietzsche: a sua ‘raça de senhores’ tem fundamentação romântica e moral. A biologia, aqui, não passa de um ornamento místico”¹⁹.

A discussão das crises na ideia de progresso, do humanismo e da razão se insere na compreensão da história como processo de desenvolvimento humano-genérico, ou seja, um processo que não é linear e pode ser avaliado em função de seu desenvolvimento processual, tendo por parâmetros o desenvolvimento das forças produtivas, a socialização do homem, seu domínio sobre a natureza, sua emancipação etc., tratada em relação à totalidade histórica, em termos extensivos e intensivos.

Desde o Renascimento, o humanismo se definiu como a luta em defesa dos direitos; sua crise se torna evidente no contexto marcado por condições favorecedoras de ideologias antidemocráticas e antiprogressistas – quando sua base de sustentação não é a humanidade, a sociabilidade, mas o indivíduo isolado, autocentrado, em face de uma sociedade estranhada e desumana.

A crise da razão não é diferente das demais, está organicamente entranhada na sociabilidade burguesa e nas suas formas ideológicas: “a relação é inequívoca: a tomada de posição contra o progresso está quase sempre em estreita relação com o irracionalismo e, particularmente, com o conceito de nova elite”²⁰. Nascido da oposição conservadora à revolução burguesa, o irracionalismo moderno é herdeiro do conservadorismo feudal; por isso, dirige-se energeticamente contra o progresso e a razão, desde as suas origens. É por essa herança que mantém esse caráter aristocrático, que Lukács identifica em pensadores como Nietzsche, Schopenhauer²¹ e outros.

¹⁷ Ibidem, p. 33.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem, p. 34.

²⁰ Ibidem, p. 40.

²¹ Schopenhauer é tomado como exemplo do pessimismo metafísico anti-historicista; pretendendo elevar-se acima “da mesquinhez da vida social e política”, não hesitou em aderir ao “terror branco em e depois de 1948” (ibidem, p. 39).

Assim, esse conjunto de determinações mediadas pela sociabilidade burguesa, pela crise de 1848 e por seus rebatimentos ideoculturais contribuiu para a reprodução de uma visão estática da história, de posicionamentos antidemocráticos e pessimistas e de visões niilistas, negadoras do progresso: formas de recusa da razão como possibilidade de intervir na realidade, seja para conhecer sua essência, seja para transformar o presente.

Em *A destruição da razão*, a partir de um extenso estudo da cultura europeia e, em particular, alemã, Lukács investigou as fontes das teorias e das ideias que influenciaram a ideologia nazifascista. Segundo ele, um conjunto de determinações socioeconômicas e ideopolíticas, gestadas em um longo processo, viabilizaram o desenvolvimento de um caldo cultural favorável à assimilação de tendências irracionalistas e racistas, absorvidas e reformuladas pelos ideólogos nazifascistas em seu projeto de dominação ideológica²².

Lukács analisou a filosofia alemã desde Schelling até o surgimento do nazismo, retomando sua tese: desde 1848, especialmente a partir da Comuna de Paris, o socialismo e o marxismo passaram a servir de referência para o ataque e o desenvolvimento do irracionalismo, o que revela sua relação com a luta de classes e, portanto, sua função ideológica. Sua citação é exemplar:

Nas vésperas da revolução de 1848, Marx e Kierkegaard expressavam a vontade de que se chegasse a uma decisão; Marx, no *Manifesto Comunista* (1848) e Kierkegaard em sua *Mensagem literária* (1846). O primeiro *Manifesto* terminou com o grito de “Proletários de todos os países, uni-vos!”; o segundo, com a mensagem de que cada um deveria trabalhar por si mesmo e para sua própria salvação, pois de outro modo a profecia sobre a permanência do mundo não passaria de uma piada.²³

Embora as teorias racistas já se manifestassem na oposição ideológica da nobreza feudal à revolução burguesa, a exemplo de Burke, De Maistre e Bonald, só encontraram condições objetivas para se reatualizar na segunda metade do século XIX, quando passaram a servir aos interesses burgueses. O *Essai sur l'inégalité des races humaines* [Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas], de Gobineau, primeira teoria racista moderna, publicado na França nesse período, respondeu a essa demanda no aspecto da dominação burguesa, em sua luta contra os avanços do proletariado e em seus interesses de exploração do trabalho escravo em conjunturas como a do sul dos Estados Unidos, onde suas ideias racistas tiveram grande influência, além da Europa.

Gobineau definia o racismo como categoria central para a explicação da história e classificou as diferentes raças para afirmar a superioridade moral e cultural da raça ariana, influenciando as ideias de Nietzsche. Marcado por seus vínculos feudais, Gobineau tinha uma visão contraditória e eclética: ele buscava afirmar a pureza ideal da raça, apoiando-se

²² Lukács analisou o desenvolvimento tardio do capitalismo alemão, as especificidades da unificação alemã, o processo de constituição das relações de classe, a formação política e ideológica do povo, a reforma protestante, entre outras coisas, e observou certas tendências favoráveis à assimilação de ideias conservadoras, tais como: uma cultura servil, construída sobre relações autoritárias e sedimentada numa profunda exploração do trabalho; uma herança política antidemocrática, marcada pela reforma protestante e por relações de poder fortemente burocratizadas e hierarquizadas; um empobrecimento cultural generalizado, decorrente do atraso econômico e expresso em um *éthos* antidemocrático, segundo ele próprio de uma “mentalidade de súdito” (G. Lukács, *El asalto a la razón*, cit., p. 30-4).

²³ *Ibidem*, p. 13.

em um pessimismo fatalista, numa rebeldia anticapitalista, ao mesmo tempo que conservava a concepção aristocrática feudal aliada à mistificação da história²⁴.

A teoria racista só rompeu com os laços feudais quando passou a representar, de fato, uma ideologia da burguesia; esse processo se realizou gradualmente até chegar a Chamberlain. Antes dele, em uma fase intermediária, surgem o *darwinismo social* e o *reducionismo biológico* – simplificação das ideias de Darwin²⁵ e das ciências biológicas para justificar “cientificamente” as diferenças sociais e dar suporte à ideia de uma hierarquia moral e intelectual entre os homens, baseada em determinações naturais, genéticas e biológicas.

A crítica de Lukács a essas formas de pensar se dirige à incorporação das ideias de Darwin pelas ciências, situando a histórica oposição dos ideólogos burgueses à teoria da evolução, aspecto que havia sido elogiado por Marx e Engels. Na origem dessa assimilação simplista está a separação das ciências em saberes isolados, fragmentados, a exemplo da sociologia, com Comte, que se isolou da economia política e precisou buscar sua fundamentação nas ciências da natureza. Revela-se aí a adequação da sociologia à *função apologética* do capitalismo, pois, com sua explicação biológica evolutiva, fez desaparecer o historicismo, as categorias econômicas e a luta de classes, transformando a opressão, a desigualdade e a exploração em dados naturais²⁶.

Tais ideias naturalizam a desigualdade e a exploração, afirmando-as como “fatos naturais”, como “leis da natureza”, como determinações insuperáveis e inevitáveis²⁷. Trata-se de uma ciência a serviço da resignação e da discriminação, diz Lukács, lembrando Lombroso e sua teoria do “criminoso inato”²⁸.

Chamberlain é o representante da teoria racista no período anterior à guerra. Assimila as tendências racistas antigas e modernas, convertendo-as em uma visão de mundo apoiada no repúdio ao humanismo, ao progresso e à revolução, na recusa da concepção universalista e unitária da história e da emancipação humana; nas palavras de um representante da teoria racista: “os tópicos de liberdade, igualdade e internacionalismo não são mais do que fantasmas enganosos [...] a ideia de revolução é anticientífica”²⁹. Segundo Chamberlain:

Quando falamos da humanidade, genericamente, ou vemos na história um progresso, um desenvolvimento da “humanidade”, abandonamos o firme terreno dos fatos, para mover-nos em vagas abstrações [...] essa humanidade sobre a qual tanto se tem especulado filosoficamente padece, com efeito, de um mal bastante grave e que, sensivelmente, não existe [...] existem somente as raças [...] nossa civilização e cultura atuais são especificamente germânicas.³⁰

²⁴ Ibidem, p. 554-5.

²⁵ Lukács retoma a importância universal de Darwin para o progresso da ciência, chamando a atenção para o fato de ter merecido o reconhecimento de Marx e Engels. Em carta a Marx, Engels afirma: “Darwin, que estou lendo, é magnífico. A teleologia, que ainda não havia sido destruída em um de seus aspectos, cai agora por terra [...] Jamais havíamos assistido a um intento tão grandioso de demonstrar o desenvolvimento histórico da natureza, ou, pelo menos, com tanto êxito”. Marx respondeu: “Este é o livro que contém os fundamentos de nossa concepção no terreno da história natural.” (Citado em ibidem, p. 552).

²⁶ Ibidem, p. 554.

²⁷ Idem.

²⁸ Ibidem, p. 555.

²⁹ Ibidem, p. 559.

³⁰ Citado em ibidem, p. 574.

Falseando a história, a ideologia nazifascista voltou-se estrategicamente para a sedução das massas, para “quebrar o livre-arbítrio e a capacidade dos homens de pensar por conta própria”³¹, tendo por suporte a justificação da origem biológica da desigualdade racial, segundo as palavras de Hitler em *Mein Kampf*:

[A teoria racista] parte do valor superior ou inferior das distintas raças e se sente obrigada, por esse conhecimento, e conforme a vontade eterna que governa o universo, a impulsionar o triunfo dos melhores e dos mais fortes e a exigir a submissão dos piores e dos mais fracos.³²

A ideologia nazifascista tem como principais componentes: a concepção aristocrática, o nacionalismo, a negação da democracia burguesa e do marxismo, o anticomunismo, a valorização da autoridade, da violência, da hierarquia, da ordem e da liderança, a recusa do humanismo, da igualdade e do historicismo³³.

Como ideologia, o irracionalismo contribuiu, nas condições históricas do nazifascismo, para disseminar o pessimismo, o imobilismo, o desprezo pela razão, a glorificação da intuição, a visão de mundo aristocrática, a repulsa pelo progresso social e a mitomania, e propiciou a transferência dos conflitos para o campo do imaginário, a dissimulação das contradições sociais, de seus nexos e mediações, a naturalização de suas consequências, o empobrecimento da crítica.

Ao se transformar em ideologia, o irracionalismo assume formas variadas, mas de forma geral, além das características citadas anteriormente, suas diversas expressões têm em comum a desvalorização da verdade objetiva e da perspectiva de totalidade, a subjetivação da história, o individualismo, o agnosticismo, o ecletismo, o pessimismo, a negação da ideia de progresso, da igualdade, do devir, do humanismo.

O irracionalismo exerce, como ideologia, uma função de enfrentamento dos conflitos, na óptica dos interesses de manutenção da sociabilidade burguesa; ao transferir o enfrentamento dos conflitos para a subjetividade dos indivíduos, fetichizando suas formas de representação, contribui para a dissimulação e o ocultamento da essência da realidade, para a naturalização da desigualdade estrutural da ordem burguesa, constrói uma cultura anti-humanista e passiva e, de modos diversos, afirma a ordem burguesa como o fim da história, negando a práxis social.

É nesse prisma que Lukács coloca a função social da ideologia e o papel dos intelectuais, em sua apologia *direta* ou *indireta* do capitalismo: a primeira, com sua defesa explícita, oculta seus componentes estruturais e seus aspectos negativos; a segunda, naturalizando suas determinações e afirmando a impossibilidade de transformação do presente, reitera sua existência como um dado ontológico insuperável³⁴.

³¹ Adolf Hitler, citado em *ibidem*, p. 588.

³² *Idem*.

³³ “Quanto ao humanismo, Lukács destaca: ‘Em sua gênese e por sua própria essência é um conhecimento do homem voltado para a defesa de sua dignidade e de seus direitos. Por isso, o humanismo é combativo, e, mesmo agressivo, desde o Renascimento – passando pela Ilustração – até os grandes momentos da Revolução Francesa’”. Lukács avalia a crise do humanismo em face das tendências anti-humanistas que passam a dominar o pensamento filosófico e científico, afirmando que “Quanto mais intensas são as suas interações com filosofias antidemocráticas e antiprogressistas; quanto mais se fortalecem as ideias racistas, mais o humanismo adquire um sentido abstrato e se torna uma pálida utopia” (G. Lukács, “Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, *cit.*, p. 45).

³⁴ Lukács analisa o caráter historicamente necessário de determinados fenômenos sociais, independentemente da consciência e das intenções de seus agentes. Por isso, afirma ele, “trata-se de uma questão

A crítica do irracionalismo prossegue em *Para uma ontologia do ser social*^{*}, em que o conjunto das objetivações do ser social, entre elas o conhecimento, é articulado organicamente ao processo de (re)produção do ser social pelo *trabalho*, ampliando as possibilidades de compreensão de seus fundamentos. Além disso, Lukács se debruça sobre a análise das formas de racionalização típicas do capitalismo monopolista desenvolvido, realizadas através de uma *manipulação* da vida social cada vez mais refinada, em interação com a manipulação econômica, que atinge amplos setores da vida social, da práxis econômica à ciência: as correntes *neopositivistas*³⁵.

Operando com métodos formais de manipulação de dados quantitativos; generalizando conceitos, negando o caráter ontológico dos fenômenos empiricamente capturados, classificando categorias sociais a partir de categorias abstratas criadas pela ciência, o pensamento neopositivista reproduz novas formas de fragmentação e de fetichização dos fenômenos, portanto de ocultamento de sua essência:

O positivismo e, sobretudo, o neopositivismo ocupam nesse desenvolvimento da filosofia um lugar especial somente na medida em que aparecem com a pretensão de assumir uma posição de perfeita neutralidade em todas as questões relativas à concepção de mundo, de deixar simplesmente em suspenso todo o ontológico e de produzir uma filosofia que remove por completo de seu âmbito o complexo de problemas referente àquilo que é em si, tomando-o como pseudoproblema, irresponsável por princípio.³⁶

Em sua *Estética*, Lukács elabora uma ontologia da vida cotidiana, enriquecendo a crítica anterior, propiciando a compreensão das formas de irracionalismo nas particularidades do pensamento típico da vida cotidiana: imediato, espontâneo, heterogêneo, acrítico, a-histórico, superficial³⁷. O conhecimento da dinâmica da vida cotidiana torna compreensível o favorecimento de sua assimilação ideológica de pensamentos irraciona- listas; com isso, as categorias do pensamento irracionalista recebem novas mediações.

É relevante observar que o pensamento da vida cotidiana é propenso a operar a partir da intuição, do conhecimento adquirido pela experiência, de atitudes pragmáticas, do hábito, tendendo, por isso, a não ultrapassar a aparência dos fatos, a reproduzir este- reótipos, a avaliar as ações com base em pré-conceitos. Por essas razões, o âmbito da cotidianidade tende à reprodução da ideologia dominante e da alienação³⁸.

secundária saber se os distintos pensadores estão ou não conscientes de sua função histórico-social e até que ponto estão. A filosofia também não julga as intenções, mas os fatos, a expressão objetivada dos pensamentos e de sua ação historicamente necessária" (G. Lukács, *El asalto a la razón*, cit., p. 4).

* V.1: São Paulo, Boitempo, 2012; v.2: São Paulo, Boitempo, no prelo. (N. E.)

³⁵ "A sua crítica da filosofia contemporânea deixa de incidir exclusivamente sobre as correntes conexas à *destruição da razão*: o racionalismo limitado das correntes neopositivistas (a *razão miserável*, tal como Coutinho a caracterizou com maestria) passa a receber de Lukács uma atenção específica, tanto mais severa quanto mais se revela a sua funcionalidade aos traços manipulatórios das superestruturas políticas" (José Paulo Netto, "Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade", cit., p. 87-8).

³⁶ G. Lukács, "Neopositivismo e existencialismo", em *Para uma ontologia do ser social* (São Paulo, Boitempo, 2012, v. 1), p. 53-4.

³⁷ Idem, *Estética I: la peculiaridad de lo estético* (Barcelona, Grijalbo, 1966), v. 2 e 4.

³⁸ Ágnes Heller, *Sociología de la vida cotidiana* (Barcelona, Península, 1988); Maria Lúcia S. Barroco, *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos* (6. ed., São Paulo, Cortez, 2008).

Um dos grandes méritos de Lukács foi ter demonstrado o vínculo entre o irracionalismo e a ideologia fascista, o que, com as devidas mediações, pode iluminar a análise de questões atuais. Além de conservar antigas práticas irracionais – que, reconhecidas cientificamente, objetivaram novas formas de violência e poder –, o século XX deixou uma ilimitada herança de desumanização reatualizada no novo século em manifestações inéditas de barbárie, através das quais podemos observar elementos de caráter irracionalista e fascista: genocídios, xenofobias, estupros coletivos, trabalho escravo, fundamentalismos, conflitos religiosos e étnico-raciais, tortura, experiências científicas fatais com populações vulneráveis, linchamentos, formas inusitadas de violência subjetiva, extermínio de indivíduos e grupos marginalizados, entre outras.

Como Lukács observou, o irracionalismo moderno é herdeiro do conservadorismo feudal e as teorias racistas datam do século XIX. Sua reatualização é determinada por crises sócio-históricas constituídas por uma série de condicionantes que atendem a interesses de dominação e contam ao mesmo tempo com um solo histórico favorável para se difundir – em especial, um caldo político cultural propício à incorporação e difusão de ideologias e modos de ser conservadores.

Lukács tinha convicção de que o fascismo não terminaria com sua derrota bélica na Segunda Guerra Mundial e, como afirmou em 1953, no epílogo de *A destruição da razão*, novas práticas irracionais de caráter fascista estariam se reproduzindo no interior da democracia, no contexto do imperialismo norte-americano, com destaque para a estratégia ideológica de defesa “franca” e “aberta” da “liberdade” capitalista, que, segundo ele, estaria rompendo com o método de ação que se desenvolveu na Alemanha. No capitalismo monopolista, dizia ele, torna-se preciso conjugar os sentimentos nacionais com os interesses do imperialismo, do que decorre a necessidade de uma *apologia direta* do capitalismo³⁹.

A difusão de ideologias irracionais, assim como o fortalecimento de movimentos neoconservadores, vinculados a partidos de extrema direita e a grupos organizados de inspiração racista e nazifascista como a Ku Klux Klan⁴⁰ e os *skinheads*, são fenômenos contemporâneos. Dentre suas complexas determinações, chama a atenção o fato de que as chamadas gangues neonazistas tenham surgido na Europa, em especial na Inglaterra, em fins dos anos 1970, em decorrência, em parte, da exclusão do mercado de trabalho e da pauperização das classes trabalhadoras, no contexto da globalização neoliberal⁴¹.

Outro fenômeno atual, o da violência nos campos de futebol, mostra que os jovens *hooligans*, recrutados por partidos de extrema direita para aderir à causa nazista em virtude

³⁹ G. Lukács, *El asalto a la razón*, cit., p. 623-4.

⁴⁰ A Ku Klux Klan surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX como um movimento de oposição à libertação dos escravos. Após a Primeira Guerra Mundial, passou a combater judeus, católicos, socialistas, comunistas e estrangeiros em geral. Atualmente, com conexões internacionais e favorecida pela comunicação virtual, a organização tem adeptos no mundo todo. Nos Estados Unidos, e através da internet, divulga mensagens racistas e faz propaganda da Associação Nacional do Rifle, poderosa entidade de defesa do comércio livre de armas, presidida pelo ator Charlton Heston. Ver Maria Luiza Tucci Carneiro, “Ku Klux Klan: a seita da supremacia branca”, em Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *Faces do fanatismo* (São Paulo, Contexto, 2004).

⁴¹ *Ibidem*, p. 136.

de seu comportamento violento⁴², também pertencem ao proletariado e minoritariamente às classes médias empobrecidas. Os *skinheads* brasileiros são jovens, filhos de operários, trabalhadores do subúrbio e das periferias das grandes cidades, como os Carecas do ABC.

Parece evidente que existe um elo entre o acirramento da pobreza e da violência, a alienação e a difusão de uma cultura neoconservadora, e seu marco histórico é definido em função de uma crise mundial que, de fato, acelerou um processo de barbarização da vida, em todas as suas dimensões e expressões. É inegável que a crise desencadeada a partir dos anos 1970, com o processo de mundialização do capital e as transformações estruturais no mundo do trabalho, ampliou a violência estrutural, reproduzindo novas formas de violência. O desemprego estrutural, o aprofundamento das desigualdades, o êxodo de populações causado por guerras, conflitos religiosos, étnico-raciais e outros têm propiciado o fortalecimento de partidos de direita, a disseminação de ideologias discriminatórias dirigidas contra imigrantes, estrangeiros, desempregados etc., e têm legitimado o uso da força pelo Estado policial.

O que une a prática concreta desses movimentos na atualidade, além do recurso à violência e da crença comum em certos princípios (tais como autoridade, hierarquia, culto ao corpo, autoritarismo, intolerância), é a defesa do nacionalismo e da xenofobia voltada principalmente contra os imigrantes. No Brasil, apoiados pela TFP (Tradição, Família e Propriedade), movimento católico paramilitar ultraconservador, os movimentos neonazistas têm como alvo negros, judeus, nordestinos, homossexuais, comunistas, anarquistas, entre outros⁴³.

Aliada à pauperização dos trabalhadores, a derrocada do socialismo no Leste Europeu também contribuiu para o refluxo de sua organização política, para a fragilização de sua consciência de classe, ampliando o espaço para a assimilação de resistências despolitizadas e individualizadas e para a divulgação de ideologias de direita, fragilizando o pensamento dialético, o marxismo, a organização dos partidos e das entidades de classe. É interessante notar que, após a queda do Muro de Berlim, em 1999, existiam, segundo dados do Serviço Secreto Alemão, cerca de 3 mil *skinheads* na antiga Alemanha Oriental e 1,2 mil na Alemanha Ocidental. Em apenas um ano, entre 1992 e 1993, os atentados xenófobos na Alemanha passaram de 2,5 mil para 6 mil, e constatou-se que vários deles tiveram o apoio da população⁴⁴.

⁴² Os *hooligans* são alvo de partidos de direita e grupos neonazistas organizados, como o National Front, partido inglês de extrema direita que promove festas, faz propaganda na internet e percorre os estádios a fim de cooptar jovens *hooligans* para a militância nazista: "seu objetivo é recrutar jovens transgressores e rebeldes para formar um exército capaz de colocar em prática posições nacionalistas e xenóforas [...] Seu fanatismo excede o âmbito futebolístico, e defende a intolerância em relação às comunidades de negros, judeus e imigrantes árabes, asiáticos, americanos e latinos" (Carlos Alberto Máximo Pimenta, "Hooligans: barbárie e futebol", em Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *Faces do fanatismo*, cit., p. 256).

⁴³ Em 1999, dados do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas (Ilanud) mostravam a existência de mais de trinta grupos de inspiração nazista no Brasil. Eles mantinham sites em que divulgavam mensagens como esta: "Sou contra essa baianada que veio para São Paulo e estragou a nossa querida terra. Quando vir um preto com branca, castre! Essa é a nossa ordem! Negros, mestiços e judeus são um vírus na nossa sociedade e nós somos a cura". Ver Maria Luiza Tucci Carneiro, "Racismo nazista: a era nazi e o antissemitismo", em Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *Faces do fanatismo*, cit., p. 146.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 136.

Trata-se de um contexto de crise propenso à reprodução ideológica que tende a reforçar o medo social, o niilismo, a impotência, o pessimismo diante do contingente, o misticismo, o individualismo e a naturalização das consequências destrutivas do capitalismo. No Brasil, sociedade de raízes políticas autoritárias, a ideologia neoliberal dominante, veiculada pela mídia, como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação, falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, como diz Lukács, e apela para os piores instintos do homem capitalista, incitando o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força e a legitimação da pena de morte, do armamento, de linchamentos, da xenofobia etc.

É certa a afirmação de Lukács: é em momentos de crise social que o pensamento irracionalista ganha força ideológica, pois a ideologia dominante exerce sua função ativa de aliviadora de tensões exatamente nos momentos em que a explicitação das contradições objetivas passa a exigir respostas no sentido de manter a ordem social. O irracionalismo não poderia estar ausente dessa conjuntura de empobrecimento material e espiritual, afirmando o agnosticismo, o individualismo, o relativismo, o contingente; e negando a ideia de progresso, a razão, o historicismo, o humanismo, a razão dialética, a perspectiva de totalidade, a universalidade, a ideia de projeto, a capacidade teleológica do homem, a transformação revolucionária da história e o ideal de emancipação humana. Sua principal fonte, não a exclusiva, são as chamadas teorias pós-modernas.

A apologia do capitalismo, através da afirmação de que a realidade não pode ser conhecida nos termos propostos pela modernidade, quer dizer, em sua essência e, por conseguinte, que suas conquistas não passaram de uma ilusão. É exemplar a afirmação de um dos conhecidos teóricos “pós-modernos”, Zygmunt Bauman:

A modernidade tem a estranha capacidade de frustrar a autoanálise; ela embrulhou os mecanismos de autorreprodução com um véu de ilusões sem o qual esses mecanismos, sendo o que são, não podiam funcionar adequadamente; a modernidade devia propor-se alvos que não se podiam atingir, para atingir o que podia atingir. A “perspectiva pós-moderna” à qual se refere esse estudo significa, sobretudo, o rasgamento da máscara das ilusões; o reconhecimento de certas pretensões como falsas e de certos objetivos como inatingíveis e, nem por isso, desejáveis.⁴⁵

Vê-se que no processo de desumanização contemporâneo estão contidos – ainda que sob novas formas e condições históricas – os componentes assinalados por Lukács nas considerações aqui apresentadas. Não se trata de um *eterno retorno*, como querem os “pós-modernos”, mas da permanência das condições que estruturam e (re)produzem objetivamente os irracionalismos e os fascismos, ou seja, do fato histórico concreto de que, enquanto estivermos sob domínio do capital⁴⁶, estão dadas as possibilidades de reatualização das ideologias, das formas de pensar e das práticas que contribuem para ocultar a compreensão ontológica da realidade e negar a possibilidade de sua transformação.

Nesse sentido, retomamos Lukács para lembrar o caráter emancipatório de sua crítica, pois ele nos indica o horizonte do *socialismo como possibilidade de superação das condições que impedem o pleno desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas na direção da objetivação de uma humanidade livre e de uma personalidade autêntica*.

⁴⁵ Zygmunt Bauman, *Ética pós-moderna* (São Paulo, Paulus, 1997), p. 8.

⁴⁶ István Mészáros, *Para além do capital* (São Paulo, Boitempo, 2002).